



117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 220 DE JULHO DE 2017.

3 Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às oito horas e dez minutos, na sede da Secretaria de Ação Social - SEDAS, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, foi realizada a décima sétima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil, representando as Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina Maria de Assunção Cintra. Estiveram presentes na reunião dezessete (17) conselheiros, sendo oito (08) do poder público e nove (09) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra (Tina), José Carlos Gomes, Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira, Alessandra Aparecida da Silva, Maria Aparecida Moraes Oliveira (Cidinha), Ricardo Castanheira, Lucineia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia Afonso Guimarães e Adriana da Silva Bazon. **Conselheiros Suplentes**: Rosângela Aparecida de Paula, Óiter Cassiano Marques, Sandra Mara Fernandes Carvalho e Irene da Conceição Silva.

13 **Conselheiros na titularidade**: Márcio José da Silva e Ana Lúcia Melo de Oliveira Lima. Participaram da reunião treze convidados, conforme assinaturas na lista de presença. **Com a seguinte pauta**: 4.1 – Mesa Diretora - Recomposição do cargo de 1ª Secretária (o) do CMAS; 4.2 - Deliberação sobre emendas parlamentares; 4.3 – Avaliação pelos conselheiros da X Conferência Municipal de Assistência Social de Franca - “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”; 5 – **Informes**: 5.1 – Devolutiva sobre participação da presidente na Audiência Pública PPA- LDO; 5.2 – Ofício 24/2017 – PROREAVI – encaminhamento de Relatório de Atividades 2016; 5.3 – Convite GESTA/UNESP – I Seminário de Gestão Socioambiental e Políticas Públicas 20– 22 e 23 de agosto de 2017; 5.4 – Publicação de Resolução CNAS/CONANDA nº 01/2017 – Estabelece Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social.

A Presidente Tina, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e informando a obtenção do quórum. Em seguida apresentou as justificativas de ausência dos Conselheiros: Geraldine, Valéria e Sônia Regina. Prosseguiu realizando a leitura da pauta que foi aprovada. Quanto a aprovação da ata da 15ª Reunião Ordinária do CMAS, Maria Amélia informou que houve o quórum mínimo de confirmações de leitura via e-mail. Desta forma a presidente Tina solicitou que os conselheiros apresentassem as considerações que se fizessem necessárias. Como não houve nenhuma alteração, a ata foi aprovada pelo colegiado. Passou-se então ao primeiro assunto da pauta, item 4.1 – Mesa Diretora – recomposição do cargo de 1ª Secretária (o) do CMAS; Maria Amélia apresentou a atual composição da mesa diretora, informando que o cargo de 1ª secretária está em vacância e era ocupado pela Claudia Faggioni, que foi substituída pela conselheira Adriana da Silva Bazon, que representa a Unidade Municipal de Saúde, como titular. Lembrou que em setembro deverá ser realizada nova eleição da mesa diretora, que poderá ser reconduzida ou não. A Conselheira Lucinéia sugeriu que o cargo seja

34 assumido pela substituta da Cláudia, e com a concordância do colegiado e da conselheira Adriana, ficou então
35 definido que a representante titular da saúde, assumirá a função de 1ª secretária. Em seguida passou-se ao segundo
36 assunto, item **4.2 – Deliberação sobre emendas parlamentares**; Tina passou a palavra para servidora Carmen
37 Silvia Mendes, da equipe de monitoramento. Carmen informou que se trata de alteração na alocação da emenda da
38 Fundação Espirita Judas Iscariotes. Explicou a necessidade de readequação na aplicação dos recursos na
39 Residência Inclusiva e Lar de Ofélia, no sentido de garantir que os valores sejam aplicados sem conflitar com a
40 parceria que a entidade já mantém com o poder público para execução de serviços e ainda atender a Resolução do
41 Conselho Nacional que não permite que sejam adquiridos equipamentos da saúde com recursos do Fundo de
42 Assistência Social. Lembrou que anteriormente foram aprovados os seguintes valores: R\$ 215.000,00 (duzentos e
43 quinze mil reais) para o Fundo Municipal do Idoso e R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) para o Fundo
44 Municipal de Assistência Social. Assim sendo, a proposta refere-se a alteração da alocação do recurso no valor de
45 R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) para o Fundo Municipal de
46 Assistência Social (FMAS), devendo a alocação dos recursos ocorrer da seguinte forma: R\$ 123.000,00 (cento e
47 vinte e três mil reais) no Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) e R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil
48 reais) no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Com a aprovação, a resolução CMAS 08/2017 deverá
49 ser alterada. Alessandra perguntou se a equipe da gestão tem alguma previsão do pagamento dessas emendas.
50 Carmen informou que alguns processos ainda estão retornando para a Secretaria com alterações. Tina sugeriu que
51 as entidades que tem emendas devem oficial o prefeito solicitando informações sobre essa liberação apontando a
52 importância do recurso e do prazo para execução do mesmo. Cloves disse que a informação é de que as emendas
53 serão liberadas, porém ainda sem posicionamento da data. Tina apontou que um recurso do Estado, para
54 manutenção do serviço da Unidade Referenciada da APAE, que foi aprovado em janeiro pelo conselho, até o
55 momento não foi liberado. Salientou que essa burocracia e a morosidade nos trâmites da administração municipal
56 estão prejudicando a execução dos serviços. Lucinéia pontuou que os recursos referentes aos serviços continuados
57 e tipificados estão sendo repassados normalmente e que a morosidade refere-se mais especificamente às emendas.
58 Destacou a responsabilidade dos servidores na análise e na emissão de pareceres nos termos da lei 13.019/2014,
59 afirmando que a gestão está buscando interpretá-la e muitas vezes gera insegurança, por isso a solicitação de
60 novos documentos. Destacou que a administração tem a compreensão de que será necessário realizar novos
61 chamamento, pois o aditamento somente poderá ser realizado até Dezembro e deverão ser feitos alguns ajustes
62 nos Termos de Fomento firmados. Cloves afirmou que tudo isso gera uma insegurança muito grande para as
63 entidades. Cidinha e Lucineia pontuaram a importância de garantir que os recursos sejam alocados no Fundo
64 Municipal de Assistência Social, evitando-se emendas parlamentares que não promovem segurança e que o
65 conselho deve batalhar para isso. Tina afirmou que o conselho trabalha nessa perspectiva, porém essa questão é
66 complexa e não acredita que se encerrará. Retomando o assunto Tina solicitou a manifestação dos conselheiros

67sobre a proposta da gestão quanto ao assunto apresentado sobre a alteração da emenda da Fundação Judas, e o
68mesmo foi aprovado. Passou-se então ao item **4.3 – Avaliação pelos conselheiros da X Conferência Municipal**
69**de Assistência Social de Franca - “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”**; Tina relatou que foi
70enviado o formulário de avaliação aos conselheiros, sendo solicitado que o mesmo fosse respondido e entregue na
71reunião, porém a avaliação também seria feita de forma coletiva. Em seguida a secretária executiva Maria Amélia
72destacou que a avaliação dos conselheiros também compõe o relatório final que será encaminhado ao Conseas no
73período de 01 de agosto à 01 de setembro. Dando seguimento iniciou a apresentação dos resultados da
74Conferência. Apresentou o número de participantes, pontuando que o mesmo superou todas as expectativas
75previstas, sendo que no primeiro dia assinaram na lista de presença 563 (quinhentos e sessenta e três) pessoas e
76no segundo dia 314 (trezentos e quatorze). Tina relatou que a quantidade de participantes no primeiro dia ficou
77além da capacidade operacional, tanto de estrutura física quanto de material, sendo necessária a utilização de
78estratégias para resolver a questão. Uma delas foi convidar os adolescentes do programa aprendiz do CIEE e da
79ESAC para se acomodarem em outro salão. Assim, as trabalhadoras da equipe organizadora, Lucineia, Irene,
80Daniela e Lisandra assumiram a coordenação desse grupo e fizeram reflexões e debate sobre a política pública da
81assistência social, o processo conferencial, o tema da conferência e ainda foram apresentadas propostas de
82deliberações com esse público. O representante do CIEE, Evanildo, afirmou que a dinâmica foi extremamente
83importante, houve a interação, a participação de todos e os adolescentes se sentiram realmente participantes da
84conferência. Disse que foi um momento de debate, aprendizado e até mesmo de discussão de propostas. As
85conselheiras que fizeram a condução dos trabalhos com esse grupo de adolescentes fizeram as considerações
86sobre o trabalho e falaram da importância de realizar momentos preparatórios com estes, que também são usuários
87da assistência social. Maria Amélia destacou que essa questão exige a necessidade de refletir os espaços e a
88estrutura para acolher os participantes nas próximas conferências. Dando seguimento, Maria Amélia, apresentou a
89quantidade de participantes por categoria; a relação de delegados eleitos do poder público e da sociedade civil,
90sendo 02 titulares e 02 suplentes de cada representação. Destacou a participação dos usuários na conferência e a
91eleição de um titular e um suplente. Na sequência apresentou as deliberações da conferência, com dez propostas
92para o município, duas para o Estado e quatro para a União. Foram aprovadas 14 moções e Maria Amélia
93sintetizou o assunto de cada uma e a quantidade de assinaturas. Uma demanda específica da população em
94situação de rua foi apresentada na conferência, tratando-se da ampliação de vagas e atendimento no serviço de
95acolhimento institucional para adultos e famílias, executado pela Casa de Acolhida Filhos Prediletos. Como
96proposta está prevista uma reunião do CMAS com os usuários e posteriormente com a entidade para discutir essa
97questão. O conselheiro Márcio, representante dos usuários, solicitou que essa reunião ocorra a partir de agosto,
98com a participação do Núcleo de Cidadania Ativa da Unesp, que acompanha todo esse processo com a população
99em situação de rua, e em breve trará a proposta de data. O conselheiro José Carlos destacou a importância do

acompanhamento e monitoramento dessas deliberações. Foi pontuado que a comissão organizadora da conferência tem essa atribuição. Passou-se então à avaliação dos conselheiros sobre a conferência, sendo pontuados os principais aspectos positivos, negativos e outras considerações pelos conselheiros. Como aspectos positivos: participação quantitativa e qualitativa dos usuários e dos trabalhadores; intérpretes de libras durante todo o período da conferência; participação de jovens e adolescentes; confirmação de que a política de assistência social está se consolidando no município; plenária final com mais clareza; condução democrática e eficaz da presidente Tina; participação dos usuários do Centro POP; apresentações culturais de usuários foram bastante assertivas e muito emocionantes; mobilização e comprometimento da equipe organizadora; encontros preparatórios atingiram os objetivos de mobilizar e preparar para a participação; palestra de abertura atendeu ao que se propôs. Como aspectos negativos: A acessibilidade não foi totalmente adequada; o espaço físico não comportou a quantidade de participantes; a divulgação e convite para os encontros preparatórios não foi adequado, considerando que os serviços de acolhimento de idosos não tiveram acesso; ausência de participação dos representantes das entidades, tais como, presidentes, diretorias. Considerações e Sugestões: propor ao Conselho Nacional de Assistência Social que seja aberta consulta pública sobre o tema da conferência; necessidade de realizar inscrições antecipadas e/ou limitar o número de participantes; avaliar a possibilidade de contratação de assessoria para os trabalhos, considerando que os trabalhadores envolvidos na organização não puderam participar efetivamente de todos os momentos da conferência; Emitir os certificados com carga horária. Iara fez uma reflexão de que a conclusão dos trabalhos da conferência não é um ponto final e sim um ponto de partida. Finalizadas as discussões e a avaliação, Maria Amélia solicitou aos conselheiros que não entregaram a avaliação, que o façam o mais breve possível. Em seguida foram apresentados os informes. No **item 5.1**, Tina disse que participou da audiência pública de PPA e LDO, e inclusive protocolou um ofício com as principais demandas da assistência social, que foram baseadas no relatório de gestão apresentado no final do ano de 2016. Disse que a audiência contou com um número significativo de participantes e salientou a importância do acompanhamento do conselho neste momento de planejamento. O **item 5.2**, tratou-se do ofício e relatório encaminhados pela PROREAVI, que traz as considerações solicitadas no parecer de inscrição da mesma. O **informe 5.3** – Convite GESTA/UNESP, foi apresentado pela Tina. Concluindo, o **informe 5.4**, tratou da publicação da Resolução CNAS/CONANDA Nº 01.2017, apresentada para conhecimento do colegiado. Assim, finalizados todos os assuntos e informes e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos, e eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.